



A subjetivação da mãe naturalista como modelo: a maternidade como efeito das pedagogias culturais

Karina Mirian da Cruz Valença Alves¹

RESUMO: Neste trabalho, procuramos dar visibilidade a diferentes discursos e enunciados que, enfocando a mulher na contemporaneidade, visam produzir um modo instituinte de ser mãe apoiado em um conjunto de injunções que posicionam a maternidade no centro do processo de subjetivação da mulher. Propomos uma problematização acerca da forma como, atualmente, práticas discursivas em torno da maternidade natural, integral e intensiva agenciam-se a processos de ordem histórica, política, econômica, social e cultural, que interpelam a vida das mulheres, produzindo um modelo de maternidade de prescrição naturalista com forte apelo moral.

Palavras-chave: Subjetivação; Maternidade Naturalista; Pedagogias Culturais

ABSTRACT : In this paper we try to give visibility to different speeches and statements that , focusing on the contemporary woman, produce a way of being mother supported on a set of injunctions that position motherhood in the center of the process of subjectivation woman. We propose a questioning about how currently discursive practices around natural, integral and intensive motherhood are linked to a processes of historical, political, economic, social and cultural, order that challenge women's lives, producing a model of motherhood naturalist with strong moral appeal prescription.

Keywords : Subjectivity ; Maternity Naturalist ; Cultural pedagogies

RESUMEN: En este trabajo se trata de dar visibilidad a diferentes discursos y declaraciones que, centrándose en la mujer contemporánea, están destinados a producir una forma de ser madre apoyada en un conjunto de preceptos que puso a la maternidad en el centro del proceso de subjetivación de la mujer. Proponemos un cuestionamiento acerca de cómo actualmente las prácticas discursivas alrededor de la maternidad natural, integral e intensivo tout orden procesa las vidas , históricos, políticos, económicos, sociales y culturales que desafían la mujer, la producción de un modelo de la maternidad naturalista con una fuerte prescripción apelación moral.

Palabras clave: Subjetividad ; Maternidad naturalista ; las pedagogías culturales

Atualmente, várias autoras feministas apontam a emergência de uma ampla rede de saberes e cuidados acerca de mulheres grávidas (SCHWENGBER, 2009, MAYER, 2005), que vão, por exemplo, da obstetrícia à nutrição, da psicologia à educação física.

Mayer (2005) entende que essa rede que se engendra está na base de um movimento contemporâneo mais amplo, que a autora chama de “nova politização do feminino e da maternidade”. Nova, aí, não significa inovadora, mas atualizada: uma atualização, exacerbação e complexificação dos cuidados a serem investidos nos corpos femininos, principalmente nas mulheres-mães.

Inspirada por Marilyn Yalom, que se referiu à “politização do seio feminino” para descrever as

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora do Departamento de Métodos e Técnicas do Centro de Educação da UFPE.

condições de emergência de um processo que posicionou a mulher-mãe no centro das “políticas de gestão da vida” nas sociedades ocidentais entre os séculos XVII e XIX, Mayer (op. Cit.) usa a noção de “politização do feminino e da maternidade” para pensar as atuais condições que reinscrevem a mulher-mãe em um regime de vigilância e regulação de certos modos de viver e sentir a maternidade que incidem na quase exclusiva responsabilização da mãe pelo bem-estar das crianças.

Na mesma esteira, Schwegber (2009) afirma que as políticas de gestão da vida, ou “politização de corpos grávidos”, como denomina, funcionam de modo a fixar na mulher não só a exclusividade do processo reprodutivo *strictu sensu*, mas da produção da vida social no que tange a aspectos como cuidado, criação e educação dos filhos e filhas. Tal afirmação é corroborada por trabalhos como o de Carvalho (2004), que demonstra que o uso do termo genérico *pais* de alunos/as esconde a condição de gênero inscrita na dinâmica da participação familiar na vida escolar, participação majoritariamente feminina. Ou, ainda, por estudos como o de Sabóia e Soares (2007), que aponta que a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho não as isentou nem reduziu a sua jornada com os afazeres domésticos. Pelo contrário, nas faixas etárias nas quais a inserção das mulheres no mercado de trabalho é maior e que coincide com a presença de filhos menores, a intensidade do trabalho doméstico é ainda mais elevada.

Donzelot (1989) já havia fornecido uma série de exemplos que revelavam como o Estado moderno francês passou progressivamente a se apresentar como suporte às mães populares para que mantenham seus filhos dentro da lei e da ordem, e que as ações intervencionistas do Estado na vida das famílias dependeram de uma aliança com a mãe em torno da vigilância e do controle sobre as crianças.

Badinter (1985) também havia demonstrado que a organização do Estado moderno francês implicou num descentramento do papel do pai em proveito do da mãe, que passa a ser central. A política de assumir e proteger a infância traduziu-se, segundo a autora, não só numa vigilância cada vez mais estreita da família, mas também no enfraquecimento do patriarcado familiar por um “patriarcado de Estado”: a autoridade simbólica do pai teria sido usurpada por agentes como o juiz ou o educador. Já a mãe é solicitada a assumir uma postura cada vez mais orientadora e educadora do lar, emergindo aí a individualização da mãe responsável ou da “boa mãe”, para a qual a invenção do “instinto materno” é fundamental.

Assim como na França, no contexto brasileiro, a construção do papel feminino de mãe, nas primeiras décadas do século XX, inseriu-se no conjunto das propostas mais amplas de reorganização do social formuladas por reformadores republicanos, como aponta o estudo de Freire (2006). Nesse caso, a aliança estabelecida entre mulheres das camadas médias urbanas e médicos higienistas (também verificada na Europa) favoreceu a emergência de uma “maternidade científica” que encarnava o desejo de assepsia de uma nascente modernidade brasileira: amparada pelos aconselhamentos médicos desenvolveu-se uma mudança nas práticas de criação das crianças com os cuidados puericulturais aprendidos pelas mães, bem como uma transformação no valor da própria função maternal alçada a parceira de primeira ordem do Estado que se pretende modernizar.

Tais estudos demonstram como parte essencial do processo de organização da vida social prescinde da subjetivação da mãe como dobradiça entre a conduta individual e a coletiva. Desde as políticas de Estado até revistas, jornais, cinema, propaganda, a mãe é alvo de investimentos que a solicitam a assumir determinados predicados que sintetizam as representações de maternidade.

Entre os muitos dispositivos que emergem no sentido da produção da subjetivação de mulheres-mães na contemporaneidade, destacamos aqueles que se inscrevem em meio às reivindicações naturistas atuais, que apontam para a normalização de uma mãe preocupada em um exercício da maternidade mais naturista, integral e intensiva.

A maternidade naturalista se apresenta como “ideal de sujeito” disposto a encarnar os dilemas inscritos no programa de desenvolvimento predatório da modernidade, ensejando um projeto de sociedade ambientalmente sustentável, lugar emblemático das buscas contemporâneas por catalisar os agenciamentos da experiência individual e coletiva e remetendo a um *modo instituinte de ser* (CARVALHO, 2004) hoje fortemente referendado, que reverbera as demandas éticas e políticas acerca de uma nova ordem societária, insurgidas desde a legitimidade conquistada pela crítica ecológica à sociedade capitalista.

Goidanich e Rial (2009) revelam, em estudo feito em cidade brasileira, sobre o que as mulheres donas de casa consideram ser o “consumo consciente”, que a maioria pesquisada apresenta como um de seus principais indicadores o consumo orientado por critérios ecológicos. Tais critérios (produtos menos poluentes, reutilizáveis, de menor impacto ambiental) aparecem como indicadores das consumidoras que tais mulheres gostariam de se tornar, mas que são preteridos em relação aos critérios econômicos, apontando um dilema entre as práticas contingentes, limitadas pelas necessidades imediatas de controle dos gastos domésticos, e as deontológicas, aquelas que as mulheres dizem que adotariam se pudessem fazê-lo com frequência. O que aparece nas falas das mulheres nessa pesquisa é o conflito entre dois valores que parecem fundamentar as identidades de mães e mulheres desejosas de cumprir “corretamente suas funções” (GOIDANICH & RIAL, 2009, p. 17): a preocupação ambiental e as urgências econômicas, conflito, aliás, que está na ordem do dia.

A pesquisa das autoras revela ainda o quanto as mulheres-mães parecem estar dispostas a adotar as condutas ecologicamente orientadas que estejam ao seu alcance e que não dependam de recursos financeiros para ser efetivadas, como a coleta seletiva do lixo doméstico e a adoção de sacolas reutilizáveis para a feira, desvendando um nexo entre a politização do consumo e a politização do cotidiano das mulheres, que as autoras não exploram, mas que, aqui, nos interessa sobremaneira.

Mais e mais se questiona o impacto ambiental gerado pelos hábitos de consumo entre as famílias, principalmente as urbanas. Nesse contexto, multiplicam-se as injunções a que se adotem posturas diárias mais responsivas com os recursos naturais renováveis, como a prática de consumir menos água para o banho e para a escovação de dentes, a redução do consumo de energia através do desligamento de luzes dos cômodos da casa que não estejam ocupados, entre outras práticas.

Em reportagem intitulada *Família Brasileira encara o Desafio de Reduzir Impacto Ambiental*, publicada no site da BBC Brasil, no ano de 2009, é possível ler o relato de uma jornalista que se dispôs a experimentar uma nova rotina familiar, perpetrando uma “cruzada” para apagar as luzes, desligar aparelhos eletrônicos e reduzir o tempo dos filhos no banho. Ainda que o texto fale em nome da família, é a mulher quem relata as muitas “aprendizagens” que a experiência proporcionou, como se esta condensasse em si a experiência mesma da família.

Dados do IBGE (relativos ao ano de 2008 e publicados em 2009) apresentam um quadro da desigualdade na distribuição das tarefas domésticas no Brasil: 86% das mulheres são responsáveis pelos trabalhos domésticos, contra 45% dos homens. Elas dedicam em média 24 horas por semana a esses afazeres, enquanto os homens não ultrapassam a média de 9,7 horas. Análise realizada por Soares e Saboia (2007) com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001-2005 acerca dos arranjos familiares ‘casal sem filhos’ e ‘casal com filhos’ mostra que a jornada feminina aumenta com a presença de filhos na família, independente do rendimento familiar. No entanto, no caso dos homens, observa-se uma redução da jornada destes com tais atividades quando há a presença de filhos. Diante desses dados, cabe indagar a quem vai caber a reforma das condutas familiares sustentáveis senão, novamente, às mulheres, responsabilizadas, como ainda o são, pela dinâmica de organização da vida da casa.

Ao que parece, novamente as mulheres-mães estão no interstício de uma política da vida, em que, mais uma vez, a vida da família está colocada em relação à vida da população: como reformadora do familiar, é ela o ponto do entrecruzamento entre o *habitus* e o *socius*, entre o lar e a sociedade, vinculando-se à solução de problemas sociais contemporâneos de grandeza e urgência (a gestão dos recursos naturais) a certos modos de praticar a maternidade (a gestão sustentável da casa).

A politização da maternidade revela uma zona de intersecção entre o privado e o público, em que está em jogo, cada vez mais, o investimento no corpo da mulher-mãe como lugar por onde passa a gestão política da vida na contemporaneidade. É neste contexto que se processa a prescrição minuciosa do comportamento das mulheres em nome da responsabilidade que elas teriam relativamente, não só, à saúde e ao bem-estar de seus filhos, à solidez da instituição familiar, mas, até, à possibilidade mesma da continuidade da vida no planeta – como se as mulheres já não tivessem responsabilidades suficientes!

1. A mãe naturalista como modelo de mãe: indícios de uma formação discursiva

Mais e mais mulheres sentem-se instadas a assumir práticas e comportamentos pautados por possibilitar a seus filhos saúde e educação mais naturalistas, que apontam para a emergência de uma certa cultura de maternidade naturalista, que, mesmo predominante entre as camadas médias urbanas, começa a se difundir no imaginário de nossa época como modelar, passando a disputar, entre as representações de maternidade, lugar de destaque como *modo instintuinte de ser boa mãe*. Aleitamento até os dois anos de vida do bebê (como indicado pela Organização Mundial da Saúde - OMS), adoção de fraldas laváveis ao invés das poluentes descartáveis, o preparo de comidas em

casa, evitando, por exemplo, as papinhas prontas, estão entre os comportamentos esperados para a mulher que queira tornar-se mãe conforme esse modelo.

Tal ideal de mãe se democratiza à medida que se multiplica sua presença nos artefatos da mídia impressa e televisiva, na publicidade e nas redes sociais, mas também ao passo que atinge as camadas mais populares através de campanhas, como as desenvolvidas no Brasil, pelo Ministério da Saúde, acerca dos partos normais, veiculadas por propaganda em TV e postos de saúde no ano de 2008.

Diante dos alarmantes dados relativos aos partos de tipo cesariana feitos no Brasil, que representavam, em 2007, 43% dos partos nos setores público e privado, sendo ainda maiores os números praticados pelos planos de Saúde, chegando a 80%, o Ministério da Saúde lança a campanha de incentivo ao parto normal *Parto normal: deixe a vida acontecer naturalmente*. Invocando um conjunto de aconselhamentos, como “toda mulher nasce pronta pra isso” (para o parto normal) – enunciado pela atriz Fernanda Lima, que, na propaganda televisiva, testemunha a experiência do nascimento de seus filhos gêmeos através do parto normal –, ou “dar à luz é a coisa mais natural do mundo” e “a natureza sabe o que faz”, presentes nos cartazes distribuídos em hospitais e postos de saúde, a campanha remete à natureza como modelo/norma e termina por associar a mãe ao natural, ratificando esta espécie de formação discursiva da maternidade naturalista que se vê estruturar.

Reforçando a formação discursiva em questão, encontramos espalhada em revistas, jornais e na rede mundial de computadores a informação de que a topmodel Gisele Bündchen deu à luz ao seu primeiro filho em casa, opção que vem sendo chamada de “parto domiciliar” (Cf. ISTOÉ INDEPENDENTE, 2007).

Antes regra para camponesas ou mulheres pobres em geral, com acesso dificultado aos recursos de saúde, o parto natural, em casa, sem anestesia, começa a figurar, entre as mulheres ricas e/ou escolarizadas, como a opção de distinção para a mulher que quer dar mostras de seu amor incondicional.

É o que sugerem enunciados como “parecia que eu estava sendo partida ao meio, mas o que fica é uma sensação enorme de realização”, que a psicóloga Andréa Prado, uma das fundadoras do *site* Amigas do Parto (um espaço de aconselhamento e informação para mulheres interessadas em ter partos naturais em casa) utiliza para demarcar a distância entre a dor e a felicidade que se sente no parto (CF. ISTOÉ INDEPENDENTE, 2007).

Reforçando a aliança mulher-natureza que está na base da discursividade em torno da mãe naturalista, a parceira Vilma Nishi, enfermeira-obstetra que faz partos em casa desde 2002, afirma: “são mulheres que *acreditam na natureza* e que, ao passarem por esse processo, estarão *vivendo a feminilidade* delas o mais intensamente possível”. (Cf. ISTOÉ INDEPENDENTE, 2007, grifo nosso). *Feminilidade e maternidade*, postos correlativamente, aparecem como “a essência do ser mulher” (HENNIGEN e GUARESCHI, 2008, p. 81-82), definindo, por assim dizer, a “natureza” mesma da mulher-mãe.

Ainda que se insista na naturalidade do processo, afinal, como informam as Amigas do Parto, este “sempre fez parte da vida das mulheres”, sendo, inclusive, “uma sabedoria que está no corpo e nos genes de cada mulher”, multiplicam-se os especialistas em todo tipo de aconselhamento, bem como as técnicas e as aprendizagens requeridas para uma mulher tornar-se uma “mãe natural”, aparente paradoxo que só reforça o quanto o corpo da mulher-mãe é investido por estratégias de saber-poder.

Preparadores de parto, consultores em aleitamento, com *expertise* para ensinar de forma simples as principais recomendações da Organização Mundial da Saúde; acompanhantes profissionais, responsáveis pelo conforto físico e emocional da parturiente, no acompanhamento durante o pré-parto, parto e pós-parto, as “doulas” – um time de especialistas que se organiza em torno desta que dizem ser a mais natural de todas as funções femininas: tornar-se mães. Multiplicam-se, pois, peritos cujo saber parece radicar no poder de “devolver” a natureza à mulher.

2. A mãe naturalista como tirania: a crítica de Elisabeth Badinter

Em sua obra *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, a filósofa Elisabeth Badinter (1985) demonstrou que a sociedade ocidental contemporânea promoveu uma individualização da maternidade, na figura da mãe responsável, tanto através de práticas como cuidados com saúde, puericultura, educação na infância – como pelo investimento no sentimento maternal, emergindo a idéia de que a mãe é aquela que dá “o amor a mais”, a vida, o alimento e as primeiras e contínuas socializações.

Contrariando a crença de que o instinto materno é inerente à mulher, a filósofa mostra como tal sentimento é produzido na urdidura das tramas históricas tecidas nos inícios do século XIX. O interesse e a dedicação à criança não existiram em todas as épocas e em todos os meios sociais, como também o próprio conceito de amor materno é variável de acordo com as flutuações socioeconômicas que demarcam as experiências históricas, bem como segundo a cultura, as ambições e frustrações das mães. Comportamentos e sentimentos maternos são, como quaisquer outros, contingentes e não naturais e universais.

Assim, Badinter demonstra que entre os séculos XVII e XVIII franceses as tarefas maternas não eram objeto de nenhuma atenção, de nenhuma valorização: “as mulheres não obtinham, pois, nenhuma glória sendo mães e, no entanto, essa era sua função principal” (BADINTER, 1985, p. 100). Tal estado de coisas aliado a uma conjuntura que passa a demandar uma maior participação feminina no espaço público estimula as mulheres – pelo menos aquelas desejosas de algum reconhecimento – a seguir outro caminho que não o da maternidade, pela qual “ninguém estava disposto a mostrar gratidão” (Op. Cit., p. 101). Inicia-se, aí, um processo de emancipação feminina, que coincide, no caso francês, com a recusa da maternidade, processo que só recrudescerá com o novo estatuto que as crianças passarão a ter na modernidade, agora valorizadas como especiais, vulneráveis, dependentes de atenção e cuidado, quando as mulheres serão consideradas os adultos naturalmente destinados (pelos seus corpos e pelo instinto materno que possuem) a dispensar seu tempo às demandas infantis.

Obra fundamental para fazer avançar as desconstruções perpetradas pelo feminismo, a tese da autora demonstra como a divisão sexual do trabalho pesa nas atribuições da “maternagem” à mulher, que a moral e os valores sociais ou religiosos podem ser incitadores tão poderosos quanto o amor materno no sentido de ajustar a mulher ao papel de boa mãe, e defende, ainda, que qualquer pessoa, não só exclusivamente a mãe, pode “maternar” uma criança (cuidar-lhe, educar-lhe, dispensar-lhe atenção, carinho e tempo).

Na sua última obra, *Le conflite: la femme e la mère* (2010), a filósofa afirma que estamos vivendo uma época de uma nova valorização da maternidade e que o ideal da “boa mãe” (aquela suficientemente boa para fazer com que seus filhos cresçam bem) outrora desconstruído, porém não desaparecido, se transmutou e até intensificou, através da adição do componente naturalista presente naquilo que a autora chama de “tirania da mãe perfeita”.

A mãe perfeita seria, segundo os discursos e práticas que a autora analisa, aquela que amamenta, com exclusividade, pelo menos até os seis meses do bebê, não recorre a creches antes de se aprofundarem os vínculos mãe-bebê, não recorre a fraldas descartáveis nem a alimentos industrializados. Não atender a esses requisitos denota, por parte da mulher, egoísmo inconcebível para uma mãe. Emerge, daí, uma espécie de “Mãe Natura” (*Mère Nature*), que faz de seu filho sua prioridade primeira e deseja dedicar-se exclusivamente a ele.

Próxima da natureza que lhe define, a Mãe Natura deseja um parto natural, encarando a dor como uma mostra da intensidade da experiência singular de parir, uma prova de amor a mais que só a mulher pode dar. Não deve procurar creches para que o vínculo não sofra interferências e se aprofunde naturalmente, na relação cotidiana mãe-filho.

Poderíamos dizer que a origem dessa tendência estaria na rejeição crítica, por parte de algumas mulheres, em relação às técnicas hospitalares e ao autoritarismo médico entendidas como formas de desapropriação de seus corpos e, então, de sua maternidade. Desse movimento crítico de “reapropriação” das mulheres-mães em relação a seus corpos, até o aprofundamento do discurso do vínculo mãe-criança através da defesa das práticas naturais de aleitamento, da prática do sono na cama partilhada etc., um movimento se processa, que vai do político ao biológico e deste, novamente, ao político. A politização do discurso em torno da defesa de uma maternidade “ativa” se encontra com os discursos biologicistas em torno da ideia de que existem hormônios que favorecem a ligação da mãe com seu bebê (a teoria da vinculação), o que converge para a “renaturalização” da maternidade que, mais e mais, vemos se afirmar.

Como mostra o trabalho de Vilhena (2010), estudo que, por outras vias, acaba fazendo eco à crítica de Badinter, segundo a teoria da vinculação existe na criança uma necessidade natural e inata de estabelecer uma ligação privilegiada com a mãe, de cuja qualidade dependerá o seu desenvolvimento emocional e social. Nesse sentido, entende-se que, enquanto as crianças com uma vinculação segura se transformam em adultos socialmente responsáveis e autônomos, aquelas cuja vinculação à mãe é classificada como insegura desenvolvem personalidades antissociais.

A tônica colocada na existência de uma ligação natural entre mãe e filho, considerada uma relação privilegiada, essencial para o desenvolvimento posterior da criança, vem reforçar a ideia de que a mãe não só deve ser a principal prestadora de cuidados físicos e afetivos, mas também de que a forma como interage com o seu filho é determinante para o seu bem-estar presente e futuro.

Como afirma Klein (2011), a produção de discursos que se ocupam do desenvolvimento infantil posiciona a mulher e a maternidade no centro das soluções para os problemas que focalizam. Exemplo disso são as preocupações contemporâneas acerca do desenvolvimento integral das crianças que envidam as mulheres da ideia de maternidade como exercício permanentemente ativo, “exigindo delas sua atenção (também integral), treinamento e monitoramento constantes” (KLEIN, 2011, p. 3).

Abre-se, assim, caminho ao que Groenendijk e Bakker (2002) designam de neurotização da maternidade, visível na transformação da relação mãe-criança na fonte de todos os problemas emocionais, o que aumenta a complexidade da função maternal, a ansiedade das mães e, conseqüentemente, o recurso aos peritos como fonte de aconselhamento na criação e educação das crianças como forma de assegurar o seu bem-estar psicológico.

A Mãe Natura é, também, a “mãe ecológica”. Em nome do conforto e bem-estar de seu filho, mas também em nome do valor agregado “menor impacto ambiental”, a Mãe Natura deve preferir fraldas laváveis. Em nome da saúde da criança, mas também como postura crítica aos alimentos industrializados, deve preparar os alimentos naturalmente, isto, claro, depois de concluir o período de amamentação, necessário tanto para a saúde do bebê quanto para a ligação entre ambos.

Para Badinter (2010), o aleitamento está no coração do deslocamento a que assistimos em torno da maternidade, exprimindo uma filosofia naturalista da maternidade que condiciona o status da mulher e seu papel na sociedade. Se nos anos setenta do século XX o aleitamento foi abandonado em proveito da mamadeira, que permite às jovens mães que continuem a trabalhar, há uma reversão dessa tendência hoje fortemente perceptível, do que é emblemática a militância da “Liga do Leite”, a associação de mães norte-americanas que, desde 1956, cria grupos de discussão entre mães sobre a “arte feminina por excelência” (BADINTER, 2010:102; tradução nossa) que é amamentar.

Através do apoio mãe-a-mãe, a Liga do Leite demonstra uma estratégia política de grande envergadura, estando presente em setenta países. Em aliança com o discurso médico e político da Organização Mundial da Saúde, faz do aleitamento um poderoso dispositivo, que modifica o status da maternidade (sendo revalorizada aquela mãe que se dedica à casa e aos filhos), mas reitera o papel da maternagem à mulher.

Associando as vantagens para a saúde do bebê com o aprofundamento do vínculo materno-infantil, o aleitamento se constitui, assim, em um dos mais fortes apelos à subjetivação da mãe, ao qual se sente instada a responder positivamente, sob pena de ser considerada irresponsável ou egoísta. Com o incentivo ao aleitamento vindo de todos os lados, as que não podem (ou não querem) amamentar sentem-se culpadas.

Badinter mostra que, de 1980 para cá, aumentou muito o número de mulheres que amamentam na França, onde 70% das mulheres deixam a maternidade amamentando o bebê. Ao mesmo tempo, a autora verifica um recrudescimento na participação feminina no mercado de trabalho: muitas mulheres estariam abandonando o trabalho para poder se dedicar exclusivamente à criação dos filhos.

A vida profissional das mulheres é a primeira coisa a ser imolada em nome da nova forma de ser mãe. Badinter dá exemplos recentes de políticas francesas que incentivam o aleitamento em nome da saúde infantil e as fraldas laváveis em nome da ecologia. Segundo ela, a política inscrita no discurso da maternidade naturalista acentua o peso das tarefas cotidianas das mulheres.

Para a autora, estaríamos assistindo a uma mudança radical, que está ocorrendo de forma sub-reptícia. Em resposta ao aumento dos deveres maternos e ao aprofundamento dos apelos lançados às mulheres, muitas francesas estariam optando por abrir mão da vida profissional e da carreira em nome de atender aos novos predicados que esticaram para mais os indicadores que definem uma boa mãe e aumentam a complexidade da função maternal.

De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos Demográficos da França, o número de francesas que deixaram ou diminuíram sua atividade profissional após o nascimento do primeiro filho cresceu de 10% em 2005 para 25% em 2008. Esse número sobe para 32% no caso do nascimento de outros filhos, depois do primeiro.

Para Badinter, as sucessivas crises econômicas que vêm estagnando a Europa desde os anos 1980 são a explicação primeira do retorno das mulheres à vida doméstica. Tais crises e toda instabilidade que aportam mudaram os comportamentos e mentalidades, inclusive, das feministas. Mal pagas, insatisfeitas profissionalmente e facilmente descartadas, as mulheres passaram a questionar se não seria melhor cuidar dos filhos em casa, garantindo-lhes a assistência que pode determinar seu bem-estar e, até, seu sucesso ou fracasso quando adultos. Ela crê que, sem as crises econômicas, o discurso da maternidade naturalista não teria ganhado tanta força, encontrando uma maior resistência feminina, principalmente por parte do feminismo francês, tradicionalmente igualitarista.

As mudanças e implicações da experiência materna não atingem da mesma forma todas as mulheres, países e cultura, mas é possível afirmar uma atual valorização dos seus aspectos psico-afetivos, que desenha o deslocamento de uma aberta negação a uma vibrante afirmação (CF. SCAVONE, 2001).

Em pesquisa realizada sobre significados e práticas da maternidade entre mulheres de camadas médias, em Recife, Sá (2010) também identificou esse movimento de retorno das mães para dentro de casa. As mulheres pesquisadas demonstraram uma valorização do papel da dona-de-casa e da maternidade intensiva, em vista do que têm abandonado suas carreiras profissionais. Segundo a autora, a definição de um ideal de boa mãe como carinhosa, amorosa, vigilante, dedicada, que cuida e educa, e a necessidade de participar intensamente da vida do filho, é patente em seus discursos, assim como a preocupação em relação à saúde física e psicológica da criança.

Há que se considerar, no caso brasileiro, que as dinâmicas que atravessam as questões de gênero e condicionam a maternidade, são, tradicionalmente, desiguais. No que tange à divisão de tarefas domésticas, a autora constata que os parceiros das mulheres pesquisadas estão envolvidos cada vez mais nessas atividades, o que não se configura como uma divisão de tarefas, mas uma participação que aos homens pode ser facultada.

3. Pedagogias Culturais: aprendendo a ser mulher-mãe

Como afirma Marcello (2004), a maternidade é polo integrador de um conjunto encadeado e ao mesmo tempo disperso de forças, sendo investida “como resultado de uma função de maternização” (p. 201) à qual as mulheres respondem como se fosse uma característica natural definida previamente por seus corpos de mulheres.

Podemos assim dizer, na esteira do argumento de Marcello (op. Cit.) que, se a maternidade experimenta uma nova valorização, acrescida agora do componente naturalista, é justamente porque ela articula em torno de sua função esferas de outra ordem: da maternização ou maternagem das crianças e do controle do corpo da mulher.

Se existe uma politização da maternidade expressa no investimento sobre a mulher como apta à maternidade (seu corpo, seu útero, seus hormônios tomados como explicações para essa condição, por assim dizer, natural), é preciso politizar, por parte das mulheres, o discurso da maternagem: a maternagem, como a “feminilidade”, é algo que aprendemos e construímos.

Como já havia afirmado Simone de Beauvoir (1967) no segundo volume de *O segundo sexo*, “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (p. 9). E aprendemos com ela que “somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro”, como é caso deste “produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino” (idem: *ibid.*). Através de variados aprendizados que constituem a mulher como lugar do feminino, define-se, através desse Outro que, antes de tudo, é seu corpo, a “identidade” e a “essência feminina”.

O mesmo ocorre com a maternidade, função imediatamente correlata e complementar à identidade feminina tal como vem sendo engendrada. Em torno da maternidade se estabelece todo um aparato de estratégias de poder, formas de saber e injunções que, por atravessamento nas plataformas sociais (cinema, TV, mídia impressa, eletrônica e digital), constituem eficientes pedagogias culturais (Cf. ALÓS, 2011) de subjetivação da mulher, que aprende como tornar-se mãe².

Foucault (1993 e 1997) demonstrou que prescrições e detalhamentos constituem saberes que agem na produção de determinadas identidades. Podemos dizer, à luz da análise foucaultiana, que tais saberes desempenham uma função pedagógica à medida que ensinam as mulheres acerca dos comportamentos esperados da mãe.

² Como afirma Alós (2011), o conceito de “pedagogias culturais” tem sido utilizado para analisar o vasto conjunto de lugares e práticas de aprendizagem informal que se dão no exterior da maquinaria escolar, especialmente por pesquisadores do campo do currículo e produção midiática.

Os múltiplos aprendizados a que se submetem as mulheres sobre “modos de existência, sobre modos de comportarem-se, sobre modos de constituir a si mesmos” (FISCHER, 2002, p. 154) engendram-se como um poderoso “dispositivo pedagógico” (Op. Cit.), tecnologias que formam sistematicamente o eu materno. A partir da articulação de um conjunto de regras que a mulher deve conhecer, um número de operações que deve investir sobre seu corpo e suas ações, um domínio de prescrições às vezes meticulosamente descritas que precisa realizar, uma gramática que deve reproduzir emerge, transformada e convertida, a mãe.

O dispositivo pedagógico da maternidade (MARCELLO, 2004) medeia e suscita relações do sujeito consigo mesmo, de modo que o indivíduo-mãe se reconheça como sujeito de visibilidade e enunciação da maternidade que deve assumir.

Tal processo de subjetivação se inscreve hoje num contexto mais amplo de *desencaixe* (GIDDENS, 2002), caracterizado pela frouxidão e permeabilidade de modelos que orientem as práticas, em que se redobram os apelos à subjetivação tanto quanto se multiplicam os dispositivos de normalização: no caso da subjetivação da mulher-mãe, uma gama de injunções e prescrições se aprofunda ao nível do detalhe. Como Schwegber (2009) e Mayer (2005) demonstram, práticas e enunciados dispersos e heterogêneos transformam, hoje, o exercício da maternidade em uma tarefa complexa, com múltiplos apelos a aprendizagens cheias de requisições e exigências.

Como evidencia Schwegber (Op. Cit.), tais aprendizagens começam com o início da gravidez. Examinando os discursos endereçados a mulheres que esperam o nascimento de seus filhos, veiculados por uma revista de ampla circulação no Brasil, a autora ratifica que a mulher grávida é submetida a um meticuloso esquema de aconselhamentos e prescrições que a educam para viver a maternidade plenamente. Os enunciados, que remetem a cuidados pré-natal, cursos especializados, consultas médicas, academias, alimentos diferenciados educam, pelo incitamento e encadeamento de posições e identidades, instando as subjetividades femininas a assumirem como modelo o ideal de um certo tipo de mãe, no caso em análise, uma mãe carinhosa e cuidadosa e que se cuida.

Se a maternidade, tal como a temos discutido aqui, é algo aprendido, é também algo que pode ser redefinido, o que supõe, necessariamente, um exercício de crítica e indagação. Questionar a maternidade como efeito de pedagogias culturais, implicação de um currículo informal dirigido às mulheres, interrogando como ela se tornou objeto de um conjunto de práticas que a tornaram evidente, significa interrogar sobre as dinâmicas de poder capazes de vincular o indivíduo à sua individualidade ajustando-o a uma identidade de sujeito a partir de múltiplos modos de subjetivação.

Desde tal perspectiva, é possível perceber como discursos carregados de boas intenções, como os da maternidade naturalista, ou da boa mãe, intensivamente presente e integralmente disponível, aparentemente inatacáveis e tomados como “naturalmente bons”, ou como politicamente “neutros”, são atravessados de relações de saber-poder. Tais discursos regulam uma subjetivação da mulher delineando uma zona de intersecção em que técnicas de individuação e processos totalizantes se tocam, processo que não ocorreria sem um saber acerca da mulher, uma verdade acerca da maternidade.

4. Considerações Finais

É válido deixar claro que não é nosso interesse aqui pôr em xeque a importância do leite materno para a saúde da criança ou a validade de propostas como o parto normal. Neste trabalho, procuramos dar visibilidade a diferentes discursos e enunciados que, enfocando a mulher na contemporaneidade, visam produzir um modo instintivo de ser mãe apoiado em um conjunto de injunções e prescrições naturalistas, que posicionam a maternidade no centro do processo de subjetivação da mulher. Propomos uma problematização acerca da forma como, atualmente, práticas discursivas em torno da “maternidade natural”, integral e intensiva agenciam-se a processos de ordem histórica, política, econômica, social e também cultural, que interpelam a vida das mulheres, produzindo certos modos de ser mulher-mãe.

O ímpeto que guiou esse trabalho foi fazer problema a uma aparelhagem discursiva que, cada vez mais, conquista elevada notoriedade, ao propagar-se largamente no cenário das práticas culturais. Assim, problematizar o consenso, “desnaturalizá-lo”, foi, em grande medida, o que nos motivou, tarefa que empreendemos com a dupla preocupação, teórica e política, de colaborar para um diagnóstico acerca da condição da mulher na contemporaneidade.

Pensar é resistir. Neste sentido, é preciso ver na teoria uma prática política baseada na tentativa de desembotar a lógica através da qual uma formação discursiva e todo um conjunto de estruturas sócio-políticas a ela articulada conservam e ampliam sua força, desmantelando, por dentro, suas regras discursivas, invertendo seus sinais, confundindo seus efeitos de verdade.

Referências

- ALÓS, A. P. Gênero, epistemologia e performatividade: estratégias pedagógicas de subversão. In. *Rev. Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(2):336, maio-ago/2011.
- BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Trad. W. Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- _____. *Le conflit: la femme et la mère*. Paris: Famarion, 2010.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo, vol. II*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BRASIL. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Brasília, Comunicado Nº 40, março/2010.
- BRASIL. *Parto normal: deixe a vida acontecer naturalmente*. Ministério da Saúde. Brasília, 2008.
- BBC BRASIL. Família brasileira encara o desafio de reduzir impacto ambiental. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/11/091127_pegadafamiliaapresenta_ac.shtml - Acessado em 20-03-2010.
- CAMINHA, M. F. C.; SERVA, V. B.; ARRUDA, I. K. G.; BATISTA FILHO, M. Aspectos históricos, científicos, socioeconômicos e institucionais do aleitamento materno. In. *Rev. Bras. Saúde Mater.*

Infant. vol.10, nº1, Recife, Jan./Mar. 2010.

CARVALHO, I. C. M. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004.

DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Trad. M. T. da C. Albuquerque. Rio de Janeiro: Ed. Graal. 2ª. Edição, 1986.

FISCHER, R. M. B. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. *Educação e Pesquisa*. Vol. 28, nº 1; São Paulo, jan/jun, 2002.

_____. O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. In: *Educação & Realidade*, Porto Alegre: v. 22, nº 2, jul. /dez.1997, p. 59 - 79.

FREIRE, M. M. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista em revistas femininas* (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920). Tese de Doutorado em História das Ciências da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade – a vontade de saber*. Trad. M. T. da C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. 11ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1993.

_____. *Vigiar e punir – nascimento da prisão*. Trad. R. Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1997.

GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Trad. P. Dentzein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOIDANISCH, M. E. & RIAL, C. S. Movimentos sociais, consumo consciente e subjetividades: as donas de casa se dispõem à mobilização? In: *CD-Rom do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia*. Rio de Janeiro, julho/2009.

HENNIGEN, I; GUARESCHI, N. M. de F. Os lugares de pais e de mães na mídia contemporânea: questões de gênero. In: *Rev. Interamericana de Psicologia*. Vol. 42, nº 1, 2008, pp. 81-90.

KLEIN, C. A educação de mulheres-mães pobres para uma “Infância Melhor”. Disponível em <http://www.anped.org.br/app/webroot/34reuniao/images/trabalhos/GT23/GT23-1%20-Int.pdf> Acessado em 10-11-2011.

MAYER, D. E. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. In: *Revista Gênero*. Niterói, v. 6, nº 1, 2º sem. 2005, p 81-104.

MARCELLO, F. de A. O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos. In: *Educação e Realidade, Edição Especial: Dossiê Michel Foucault*; v. 29, nº 1, 2004.

REVISTA ISTO É INDEPENDENTE. A moda do parto em casa. Nº Edição 1962, junho/2007.

SÁ, É. C. De volta ao fogão: A (re)valorização da maternidade intensiva e do trabalho doméstico feminino. Disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277348275_ARQUIVO_Trabalhocompleto.pdf - Acessado em 18-04-2011.

SCAVONE, L. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Rev. Interface – Comunic, Saúde, Educ*, v.5, nº 8, 2001, p.47-60.

SCHWENGBER, M. S V. *A produção da mãe leve, flexível, forte nas páginas da Pais & Filhos*. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT23-3110--Int.pdf> - Acessado em março de 2011.

_____. *Ensina-se a mais antiga das artes às mulheres: a de ter filhos e tornar-se mãe carinhosa*. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT23-3996--Int.pdf> - Acessado em 26-02-2011.

SABOIA, A. L. e SOARES, C. *Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

VILHENA, C. I. F. da C. C. *A educação para a maternidade nas Revistas de Educação Familiar no Último Meio Século*. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.

WOLF, C. S.. Profissões, trabalhos: coisas de mulheres. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 18(2): 352, maio-agosto/ 2010.